



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **18 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 12 de maio de 2011

A CRITICA Prefeitos do AM querem apoio no Congresso Nacional para garantir comarcas.....	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
DIÁRIO DO AMAZONAS Empresários holandeses vem a Manaus discutir sobre o polo naval no Amazonas	3
VEICULAÇÃO LOCAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO GOVERNO PRETENDE ALTERAR LEI DE INFORMÁTICA	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO 6 ESTADOS DISPUTAM FÁBRICA DA BMW NO PAÍS	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Dilma quer internacionalizar estatais	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Comitiva chinesa busca negócios no Brasil	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO DISCRETAMENTE, BRASIL COMEÇA A RETALIAR A ARGENTINA	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO ICMS NO DESTINO VOLTA À DISCUSSÃO	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO PROPOSTA DE DESONERAÇÃO DA FIESP REDUZ IMPOSTOS APENAS PARA INDÚSTRIA	12
VEICULAÇÃO NACIONAL	
JORNAL DO COMMERCIO ONLINE Pernambuco disputa fábrica da alemã BMW.....	14
VEICULAÇÃO NACIONAL	
CONTILNET.COM.BR Gladson discute liberação de emendas com prefeitos e Suframa	15
VEICULAÇÃO NACIONAL	
SITE VERMELHO Governo garante isenção de impostos para produtos importados.....	16
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP BRASIL TERÁ CENTRO DE NANOTECNOLOGIA EM PARCERIA COM A CHINA.....	18
VEICULAÇÃO NACIONAL	
JUS BRASIL MP-RO requisita da SEFIN fiscalização de empresas de fachada na Área de Livre Comércio	19
VEICULAÇÃO NACIONAL	
JUS BRASIL Cameli reúne prefeitos e coordenador da Suframa para discutir emendas.....	20
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL A CRÍTICA Selo Amazônico ganha impulso na Suframa.....	21
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL A CRÍTICA Deputado cobra política de fortalecimento dos setores de informática e de componentes do PIM	22
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL IMPRENSA Governo planeja incentivos para empresas de tecnologia	23
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Prefeitos do AM querem apoio no Congresso Nacional para garantir comarcas		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

Na reunião com parlamentares, em Brasília, gestores municipais do AM pedem ajuda para manter o judiciário no interior

Brasília, 12 de Maio de 2011

Antônio Paulo

Extinção de comarcas em 36 municípios amazonenses é uma das preocupações apresentadas pelos prefeitos (Roque de Sá/Agência Tempo)

Os 22 prefeitos do Amazonas que participam da 14ª Marcha em Defesa dos Municípios, na capital federal, apresentaram na noite desta quarta-feira (11) as demandas dos municípios que dirigem à bancada de deputados federais e senadores do Estado.

A previsão do fechamento de 36 comarcas, pelo Tribunal de Justiça do Amazonas, é a grande preocupação dos chefes dos Executivos assim como dos parlamentares.

A pauta regional também continha a situação dos portos e aeroportos; participação no Conselho da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), vazio institucional no interior, energia elétrica e a Carta de Humaitá e o apoio à melhoria da gestão nos municípios.

Reunião

Ficou definido que a bancada federal vai se reunir com o governador Omar Aziz e o presidente do TJ-AM, João Simões, para tratar das comarcas já que a Justiça é de alçada do Estado.

Como parte das ações para evitar a saída da Justiça de primeira instância de mais da metade dos 62 municípios amazonenses, também ficou acertada uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado (ALE) com a presença dos prefeitos, deputados estaduais, federais, senadores, os dirigentes do TJ-AM e o governador.

A Associação Amazonense dos Municípios (AAM) ficou responsável para fazer o contato com a Presidência da ALE-AM a fim de encaminhar oficialmente a reunião.

Os seis parlamentares presentes disseram discordar do fechamento das comarcas e são solidários com os prefeitos, mas o deputado Silas Câmara (PSC-AM) lembrou que o principal palco dessa reivindicação tem que ser a Assembleia Legislativa do Estado.

“Tenho certeza que cada prefeito apoiou um dos parlamentares da ALE. Este é o caminho e depois o Governo do Estado”, aconselhou Câmara.

Para a prefeita de Boca do Acre, Maria das Dores, além dos problemas enfrentados pela administração dela, como recursos para saúde e infraestrutura, o fim das comarcas no interior é motivo de vergonha.

O mesmo sentimento foi compartilhado pelo prefeito de Itapiranga, Nadiel Nascimento, um dos municípios que irá perder a comarca com a decisão do Judiciário. “Agora, vamos demorar mais de duas horas para chegar perante um juiz”, lamentou.

O prefeito de Apuí, Marcos Antônio Maciel, informou que o município é o quarto em número de processos e que a gestão dele paga todas as despesas do Judiciário local, como os funcionários do fórum – com exceção dos juízes – e mesmo assim vai perder seu foro legal para Humaitá, localizado a 400 quilômetros do município.

Participaram da reunião com os prefeitos os deputados Sabino Castelo Branco (PTB), Rebecca Garcia (PP), subcoordenadora da bancada; e os senadores João Pedro (PT) e Vanessa Grazziotin (PCdoB). Em viagem internacional, o senador Eduardo Braga (PMDB), e o deputado Átila Lins (PMDB), justificaram a ausência.

Os deputados Praciano (PT), Pauderney Avelino (DEM) e Carlos Souza (PP) não foram à reunião.

Partido quer saber sobre verba do FTI

O PSB vai pedir ao **Ministério** Público Estadual (MPE) hoje que tome as medidas legais para o Governo do **Amazonas** revelar onde aplicou R\$ 1,3

bilhão recolhidos ao FTI, fundo para o **desenvolvimento** do interior, nos últimos seis anos.

O partido afirma que a verba repassada a esse e a outros dois fundos é uma das causas da ameaça de fechamento de 36 comarcas pois retira dinheiro do Judiciário, MPE e municípios.

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS	EDITORIA	
	TÍTULO Empresários holandeses vem a <u>Manaus</u> discutir sobre o polo naval no Amazonas		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

O Estado urbanizará uma área cedida pela **Suframa** e concentrar toda a atividade desse setor no local, que já vem sendo chamado de **Distrito Industrial 3**, com área em processo de definição na Região Metropolitana de **Manaus**.

Manaus - De olho nos negócios que podem ser abertos com o polo naval do **Amazonas**, investidores e representantes do governo holandês fazem prospecção em **Manaus**. Na manhã desta quarta-feira, o vice-governador do **Amazonas**, José Melo, recebeu, na sede do Governo, na Compensa, o embaixador do Reino dos Países Baixos, Kees Rade e o adido para Assuntos Econômicos e Comerciais da Embaixada Holandesa, Jorgen Leeuwestein.

Participaram da reunião o secretário estadual de Planejamento, Marcelo Lima, e o presidente da Agência de **Desenvolvimento** Sustentável (ADS), Valdelino Cavalcante. O assunto principal foi o projeto de **desenvolvimento** do polo naval do **Amazonas**, que está sendo conduzido pelo Governo Estadual e a **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus** (**Suframa**). O Estado vai urbanizar uma área cedida pela **Suframa** e concentrar toda a atividade desse setor no local, que já vem sendo chamado de **Distrito Industrial 3**, com área em processo de definição na Região Metropolitana de **Manaus** (RMM).

Nesta quinta-feira, um grupo de seis empresários holandeses vai conhecer empresas do setor naval e se

reunir com a **Superintendente** da **Suframa**, **Flávia Grosso**. “A expectativa é de que num futuro próximo possamos fechar novas parcerias comerciais e também desenvolver o intercâmbio para a troca de tecnologias”, disse o embaixador Kees Rade.

Parceria

O vice-governador José Melo destaca que, além de tradição na indústria naval, tendo bastante know-how neste **mercado**, a Holanda é um dos maiores parceiros comerciais do **Amazonas**, tendo sido o terceiro em participação de investimentos líquidos estrangeiros do Polo Industrial de **Manaus** ano passado. Na ocasião, foram investidos cerca de US\$ 415,3 milhões, o que corresponde a 6,21% do total de investimentos estrangeiros. Doze empresas holandesas estão instaladas no **PIM**, entre elas gigantes como a Philips da **Amazônia**, Procter & Gamble do Brasil, Kodak e Jabil.

“As empresas holandesas estão entre as que mais investiram na **ZFM** ano passado. São empresas que também estão de olho em outros **mercados**. O **Amazonas** desperta para as suas riquezas naturais, como a criação de peixes, biodiversidade, petróleo, ou seja, várias perspectivas futuras que despertam o interesse dos investidores daquele país”, destacou Melo. Segundo ele, outro potencial **mercado** para o investimento holandês, além do polo naval, é o polo de cerâmica de Iranduba, especificamente a cerâmica fina, destaque nos Países Baixos.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO GOVERNO PRETENDE ALTERAR LEI DE INFORMÁTICA		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Renata Veríssimo / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

O governo vai alterar a Lei de Informática para atrair investimentos para a **produção** de componentes e softwares no Brasil. O ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, informou ontem que será feita uma "revisão abrangente" da lei, que do ponto de vista do governo, é insuficiente perante os desafios que o País tem nessa área.

A Lei de Informática concede redução de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para as empresas que invistam um percentual de seu faturamento em pesquisa e **desenvolvimento**. No entanto, a lei traz incentivos apenas para empresas de hardware. Mercadante disse que o setor de software é **importante** porque gera muito valor agregado, competitividade e **exportação** de serviços.

Segundo o ministro, a Lei de Informática atualmente é muito mais um fator de isonomia entre o polo industrial de **Manaus**, que também recebe incentivos tributários, e o resto da indústria espalhada pelo País do que propriamente uma lei de fomento aos investimentos. "Nós queremos mais ousadia nessa área, porque há uma grande expectativa em relação ao Brasil", afirmou.

Segundo ele, o governo pode direcionar as políticas de incentivos fiscais para quem produzir e investir no Brasil. Conforme publicou ontem o Estado, o governo também prepara alterações na chamada Lei do Bem para incentivar a inovação tecnológica e possibilitar o acesso aos benefícios da lei por mais empresas.

Foxconn. O ministro informou ainda que haverá uma política de **desenvolvimento** produtivo específica para novos produtos, como os tablets. Segundo ele, estão bastante avançadas as negociações com a empresa taiwanesa Foxconn para a **produção** de iPads e iPhones no **Brasil** a partir de julho deste ano.

A empresa negocia com o governo incentivos fiscais e a facilitação de **importações**. Mercadante afirmou que serão necessários investimentos muito pesados para a **produção** dos componentes no Brasil.

Inicialmente, a fábrica fará apenas a montagem dos produtos da Apple, mas há o compromisso de passar a produzir componentes. "A proposta é uma integração vertical dessa indústria. Essa será a primeira planta no Ocidente", declarou.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO 6 ESTADOS DISPUTAM FÁBRICA DA BMW NO PAÍS		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Matriz só deve anunciar em outubro país e local em que pretende instalar unidade

**CLAUDIA ROLLI
DE SÃO PAULO**

Seis Estados disputam a fábrica da BMW no Brasil, após a matriz da montadora anunciar em março deste ano, na Alemanha, que considera instalar uma unidade na América do Sul.

São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia discutem com a empresa a possibilidade de conceder incentivos fiscais para sediar o novo empreendimento, segundo a Folha apurou. O sexto Estado seria da região central do país.

O presidente da companhia no Brasil, Jörg Henning Dornbusch, confirma o interesse e que há negociações em curso, mas não revela de que regiões do país as propostas começam a chegar.

"Existe interesse dos Estados, mas não há uma proposta fechada. O que está sendo feito é um mapeamento para avaliar o **mercado** não só no Brasil, mas em outros países. O México é um forte concorrente, apesar de o **Brasil** ser o maior **mercado** da América do Sul em termos de relevância", afirma o executivo.

No ano passado, foram vendidos 8.400 carros da marca no país e pouco menos de 8.000 no México. As

vendas no **Brasil** cresceram 72% no primeiro trimestre ante igual período de 2010.

A BMW atua no **mercado** de veículos de luxo e já tem no país uma fábrica na **Zona Franca** de **Manaus** (AM), onde monta motos desde 2008.

Segundo Dornbusch, serão avaliados fatores como infraestrutura, logística, malha de transporte, além de cadeia de fornecedores, na hora de definir o local de instalação da fábrica. Em uma primeira etapa, a fábrica deve funcionar no sistema de CKD (veículos desmontados) para, com o tempo, poder fabricar os veículos no país.

Em São Paulo, levam mais chances para abrigar um empreendimento desse porte as regiões do Vale do Paraíba e de Campinas, Sorocaba e Piracicaba -áreas em que já existem cadeias de fornecedores e outras montadoras.

Em Minas, a região mais cotada é a do Vale do Jequitinhonha, na área da Sudene (**Superintendência de Desenvolvimento** do Nordeste), recentemente incluída na MP 512, aprovada no Congresso. A MP prevê isenção fiscal nas **importações** de máquinas.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma quer internacionalizar estatais		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Mudança estatutária levará Correios e Eletrobras ao exterior; BNDES ajudaria a "turbinar" empresas do governo

Projeto quer estimular competição no setor de transporte de cargas e integração elétrica na América Latina

**JULIO WIZIACK
DE SÃO PAULO**

A presidente Dilma Rousseff já deu aval para que os Correios e a Eletrobras coloquem em prática seu plano de internacionalização.

Os Correios só aguardam a aprovação da medida provisória que definiu suas novas atribuições para modificar seu estatuto e dar início ao plano de internacionalização. Na Eletrobras, as alterações já ocorreram.

O projeto do governo é "turbinar" novas estatais, já que Banco do Brasil e Petrobras atingiram o limite de atuação no exterior.

Nos Correios, a ideia do governo é criar uma empresa aérea de transporte de cargas com atuação prioritária nos países da América.

Segundo Wagner Pinheiro, presidente da estatal, estão sendo feitos estudos para avaliar os melhores modelos de negócio e ainda não está definido quanto será investido nesse projeto.

Isso porque pode ser melhor adquirir participação em outras empresas aéreas de carga do que montar uma companhia. "Na Alemanha, a DHL tem os Correios como sócio", disse Pinheiro.

O projeto prevê entrega de encomendas e mercadorias entre os países.

Hoje os Correios possuem um terço desse mercado no Brasil e a meta é chegar a 45%, já que, com as

mudanças, a estatal poderá competir com estrangeiras como UPS, DHL e FedEx, que, muitas vezes, compram empresas menores no país com boa carteira de clientes.

"As modificações permitirão ampliar nossa participação no mercado e elevar em 50% o faturamento até 2015, passando de R\$ 20 bilhões."

Hoje, as compras feitas no exterior chegam aos Correios transportadas por empresas de carga estrangeiras. Só depois os Correios entram nesse circuito.

Com a mudança no estatuto, os Correios poderão controlar todas as fases dessa entrega.

USINAS FINANCIADAS

Na Eletrobras, o plano também é ambicioso. Dilma quer que a estatal seja pivô de um projeto de integração do sistema elétrico brasileiro com o dos países vizinhos.

As negociações estão avançadas. No Peru, a Eletrobras deverá construir seis hidrelétricas em parceria com empreiteiras brasileiras. As obras estão orçadas em R\$ 24 bilhões e está previsto financiamento do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) em troca de que 80% da energia gerada seja incorporada ao sistema elétrico nacional.

Além do Peru, a Eletrobras já estuda a viabilidade de usinas na Argentina, na Colômbia, na Nicarágua, em El Salvador, na Costa Rica, na Guiana, na Bolívia e no Equador, entre outros.

Também planeja linhas de transmissão no Uruguai, Venezuela e a participação em empresas transmissão nos Estados Unidos.

Até 2020, os negócios internacionais deverão responder por 10% das receitas, ajudando a melhorar a rentabilidade. A meta é ter mais de 20% de retorno sobre o capital investido. Hoje, ela tem 5% e está na 158ª posição.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Comitiva chinesa busca negócios no Brasil		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

FABIANO MAISONNAVE

DE PEQUIM

Em busca de oportunidades de compra e investimento, uma missão comercial chinesa composta por funcionários de governo e de empresas está no Brasil para encontros empresariais e reuniões em Brasília.

Ao todo, 40 companhias estavam confirmadas até ontem, de áreas como agroindústria, telecomunicação, empreiteiras, bancos e transporte ferroviário, entre outras. A missão é chefiada pelo ministro do **Comércio**, Chen Deming, que desembarca em Brasília no domingo.

O primeiro grande compromisso é amanhã, em São Paulo, onde a comitiva será recebida pela Fiesp, uma dura crítica da política cambial chinesa.

Na segunda-feira, em Brasília, um novo encontro empresarial na CNI (Confederação Nacional da Indústria).

Chen também deverá se reunir com os ministros Antônio Patriota (Relações Exteriores) e Fernando Pimentel (**Desenvolvimento**).

A visita é resultado da viagem da presidente Dilma Rousseff à China, em abril. Em Pequim, ela defendeu uma maior diversificação das **importações** chinesas do Brasil, hoje concentradas em commodities, e pediu mais investimentos em outras áreas, como infraestrutura.

A comitiva inclui empresas que já têm operações no Brasil, como a Huawei e a ZTE, e outras que estudam investir no país.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO DISCRETAMENTE, <u>Brasil</u> COMEÇA A RETALIAR A ARGENTINA		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Sergio Leo | De Brasília

Discretamente, o governo brasileiro começou nesta semana a adotar retaliações comerciais à Argentina, em represália à retenção de produtos brasileiros nas alfândegas do país vizinho, segundo informou uma autoridade ligada ao assunto. As aduanas receberam orientação para retirar do canal automático autopeças **importadas** pelo Brasil, provocando pequenos atrasos, como sinal ao governo vizinho das medidas mais severas que poderão ser adotadas, caso não se resolvam as dificuldades encontradas por **exportadores** brasileiros nas alfândegas do sócio no **Mercosul**.

Ontem, a ministra da Indústria argentina, Débora Giorgi, telefonou ao ministro do **Desenvolvimento**, Fernando **PIM**entel, mas foi atendida pela secretária de **Comércio** Exterior, Tatiana Prazeres. Giorgi queria dizer ao ministro que não recebeu a carta que **PIM**entel, na véspera, disse ter enviado ao governo argentino, pedindo o fim das retenções de **mercadorias** nas alfândegas. A carta foi reenviada por fax.

Falava-se ontem, no governo, na possibilidade de enviar a Buenos Aires o secretário-geral do **Ministério** do **Desenvolvimento**, Alessandro Teixeira, para obter um compromisso firme do governo argentino pelo fim das medidas erráticas de bloqueio na entrada de bens brasileiros. Apesar de as retenções afetarem uma parcela ainda pequena do intenso **comércio** bilateral, elas ameaçam a sobrevivência, por prejuízos imprevistos com o bloqueio das vendas aos argentinos, de empresas médias e pequenas, como as do setor de chocolates.

Outros produtos afetados pelas barreiras, que assumem a forma de exigências contraditórias da burocracia nas aduanas, são eletrodomésticos da linha branca e máquinas agrícolas.

Débora Giorgi mandou recados ao governo brasileiro, para que se evitasse a disputa pela imprensa,

como interpretam os argentinos as queixas feitas por autoridades brasileiras nos últimos dias. O governo claramente tem usado essas declarações para reforçar as mensagens frustradas pela via diplomática. "O ideal é não tomar medidas", comentava ontem um graduado funcionário do governo. A informação de que, na prática, já começaram as dificuldades para autopeças argentinas na aduana brasileira não foi confirmada por outras fontes ligadas ao assunto, que afirmavam haver disposição para negociar até terça-feira, data da reunião da Câmara de **Comércio** Exterior (Camex), que deve discutir a estratégia para lidar com as medidas do país vizinho.

Os argentinos já receberam, nos últimos dias, recados de pelo menos dois **Ministérios** do **Brasil** sobre a "iminência" da retaliação. Um dos fatores que irritam o governo brasileiro é a falta de resposta argentina para o pedido de uma reunião ministerial bilateral, destinada a remover os problemas. O pedido foi feito na primeira semana de abril pelo secretário-geral do Itamaraty, Ruy Nogueira, que queria uma reunião dos **Ministérios** de Indústria e Relações Exteriores. Os argentinos fizeram questão de incluir os **Ministérios** da Fazenda e Economia e, desde então, não fixaram uma data para o encontro.

O governo brasileiro reconhece que as **exportações** brasileiras crescem em praticamente todos os setores, e o saldo comercial em favor do Brasil, de US\$ 1,3 bilhão até abril, já é quase 140% maior que o do mesmo período do ano passado. Havia a decisão, na cúpula do governo, de discutir e resolver o conflito discretamente. Há consenso em Brasília de que as ações protecionistas estão ligadas ao período eleitoral e se destinam também a minimizar os efeitos da fuga de capitais no país vizinho, que chega a US\$ 1 bilhão por dia, nas estimativas mais alarmistas. Nesta semana, Débora Giorgi foi recebida como heroína em um evento

da União Industrial Argentina (UIA), que congrega representantes dos produtores locais beneficiados pelo bloqueio aos **importados**.

O fracasso dos contatos diplomáticos e o descumprimento das promessas de "fast track" (ação rápida) para a liberação dos produtos brasileiros

levaram, porém, as autoridades do **Brasil** a mudar de tom. Pois, para obter dividendos políticos, o governo argentino está, afinal, criando áreas de atrito entre o governo e o setor privado brasileiros, avalia um graduado assessor do governo.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO ICMS NO DESTINO VOLTA À DISCUSSÃO		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Ribamar Oliveira

A proposta de reforma tributária do governo Dilma, que ficou mais clara esta semana, prevê a redução gradativa da alíquota do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)** em todas as operações interestaduais, de modo que a incidência do tributo seja concentrada no destino. Agora, o governo está discutindo com os secretários estaduais de Fazenda o período de transição e a alíquota única que será adotada. O governo quer 2%. Alguns Estados preferem 4%, como é o caso de São Paulo.

O secretário de Fazenda paulista, Andrea Calabi, estimou a perda de seu Estado em R\$ 5,19 bilhões por ano se a alíquota interestadual for reduzida para 4%, considerando uma alíquota interna média de 15%, e de R\$ 8 bilhões, se ela for de 2%. Esses foram os números que ele apresentou aos senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Na última terça-feira, o secretário-executivo do **Ministério** da Fazenda, Nelson Barbosa, disse que o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne os secretários estaduais de Fazenda, está fazendo algumas simulações para estimar as perdas e os ganhos de cada Estado com a redução da alíquota interestadual.

Com base nesse trabalho, o Palácio do Planalto definirá o sistema de compensação que constará do projeto da reforma tributária, a ser encaminhado ao Congresso Nacional. O sistema prevê a criação de um fundo temporário de compensação das perdas de receitas, a concessão de incentivos tributários regionais e a realização de investimentos em infraestrutura econômica e social, em substituição à "guerra fiscal".

A perda de São Paulo é estimada em R\$ 5,19 bilhões. Atualmente, existem duas alíquotas interestaduais de **ICMS**: de 12% e de 7%. Essa última é usada em operações dos Estados da região Sul, de São Paulo, do

Rio de Janeiro e de Minas Gerais com o restante do país. Se a alíquota final de um produto é de 18%, por exemplo, o Estado **exportador** fica com 12% da receita (alíquota cobrada na operação interestadual) e o Estado consumidor com 6% (que é a diferença entre 18% e 12%). O sistema atual beneficia, portanto, o Estado de origem da **mercadoria**. E é essa situação que motiva a chamada "guerra fiscal" entre os Estados, pois todos querem ficar com a maior parcela do **ICMS**, o principal tributo estadual. Para isso, os governadores procuraram atrair indústrias por meio de incentivos fiscais.

A arrecadação do **ICMS** em 2010 mostra bem essa realidade. Apenas cinco Estados (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná) concentraram 64,38% de toda a receita do **ICMS** (veja tabela abaixo). Os outros 22 ficaram com apenas 35,62%. Essa concentração reflete claramente a base industrial desses cinco Estados, onde estão 51,4% da população brasileira. O consumo é, portanto, mais descentralizado que a **produção**.

O diagnóstico de todos os especialistas em tributação é o de que a "guerra fiscal" entre os Estados só acabará quando a incidência do **ICMS** for concentrada no destino das **mercadorias**, ou seja, no Estado consumidor. A "guerra" chegou ao seu ápice, pois atualmente até mesmo os Estados ricos e desenvolvidos entraram no jogo, concedendo incentivos para não perder suas indústrias, e outros estão concedendo benefícios aos produtos **importados** para que eles entrem no País por seus portos, na chamada "guerra dos portos". Com câmbio valorizado, taxas de juros estratosféricas, agora o produto nacional está sendo obrigado a enfrentar **mercadorias importadas** que pagam menos **ICMS**.

Inicialmente, o governo Dilma apresentou uma proposta para acabar com a "guerra dos portos". A

ideia é reduzir, em três anos, a alíquota interestadual do **ICMS** incidente sobre produtos **importados** para 2%. Alguns Estados (Espírito Santo, Santa Catarina e Goiás, principalmente) reagiram e dizem que só aceitam discutir essa questão no âmbito de uma reforma mais ampla do **ICMS**, que contemple também uma definição sobre a tributação dos produtos eletrônicos.

Há questões legais que precisam ser avaliadas. O economista José Roberto Afonso, especialista em tributação, está convencido de que o texto constitucional veta a criação de alíquotas diferenciadas de **ICMS** para produtos nacionais e **importados**. "O artigo 152 da Constituição diz que os Estados e os municípios não podem estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino", observou, em conversa com este colunista. "Esse foi um debate que houve durante a Constituinte de 1988. Colocou-se este dispositivo para

evitar o protecionismo comercial e para impedir que os Estados fixassem alíquotas diferenciadas discriminando produtos", lembrou.

A proposta de reforma tributária do governo evoluiu, portanto, para uma abordagem mais ampla, com a redução da alíquota do **ICMS** em todas as operações interestaduais. Mas esse é apenas o início da discussão, pois os detalhes da proposta ainda não são conhecidos. Uma das questões mais espinhosas é definir se a nova alíquota interestadual incidirá também sobre o petróleo e os seus derivados e sobre energia elétrica.

Ribamar Oliveira é repórter especial em Brasília e escreve às quintas-feiras

E-mail ribamar.oliveira@valor.com.br

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO PROPOSTA DE DESONERAÇÃO DA FIESP REDUZ IMPOSTOS APENAS PARA INDÚSTRIA		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

João Villaverde | De São Paulo

Depois de assistir ao domínio do setor de serviços na proposição de ideias para desoneração da folha de pagamentos, a indústria finalmente encaminhou uma proposta ao **Governo Federal** - e não se preocupou em evitar polêmica. Entregue na última sexta-feira a Nelson Barbosa, secretário-executivo do **Ministério** da Fazenda, a proposta desenvolvida pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) é simples: a contribuição patronal de 20% do salário do empregado ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) deve ser zerada, apenas para a indústria de transformação, e, para que a Previdência não fique sem a receita, a Fiesp sugere aumento de impostos para todos os setores da economia, à exceção da indústria.

Elaborado pelo Departamento de Competitividade e Tecnologia da Fiesp, chefiado por José Ricardo Roriz Coelho, o estudo sugere a elevação da alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que é recolhida pelo **Governo Federal** sobre o faturamento das empresas. Atualmente a alíquota para recolhimento da Cofins varia conforme o sistema usado pela empresa para pagamento do Imposto de Renda (IR). Na regra geral, empresas que pagam IR pelo sistema do lucro real pagam Cofins de 7,6% sobre o faturamento. As empresas que recolhem IR pelo lucro presumido arcam com uma Cofins de 3%. A proposta da Fiesp é elevar as alíquotas da Cofins para 8,33% e 3,21%, respectivamente, para todos os setores, à exceção da indústria.

Assim, avalia a Fiesp, seria possível que os demais setores da economia compensassem a arrecadação de R\$ 20,3 bilhões obtida pela contribuição da indústria com os 20% sobre a folha, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com a Fiesp, para cada ponto percentual de encargo sobre a folha que é reduzido, os investimentos da indústria aumentam 0,78 ponto percentual. Assim, ao baratear a contratação de pessoal, a desoneração integral dos 20% para o INSS poderia ampliar os investimentos da indústria de transformação em 15,3 pontos.

"É a indústria o setor que mais paga impostos no país", diz Roriz Coelho, autor do levantamento encaminhado ao governo, "nada mais natural, portanto, que seja a indústria a mais beneficiada nas discussões em torno da desoneração dos encargos sobre a folha de pagamento". Segundo a Fiesp, a indústria de transformação contribui com 36,7% dos impostos arrecadados pelo setor público, mais que o dobro que os 16% recolhidos pelo **comércio** e os 13,4% pagos pelo setor financeiro.

Para Luigi Nese, presidente da Confederação Nacional dos Serviços (CNS), a proposta encaminhada pela Fiesp "é, no mínimo, imoral". "Fiquei chocado quando vi uma proposta que sugere ao governo desonerar um setor e onerar todos os outros", diz Nese.

No início do ano, a CNS apresentou ao governo uma proposta de isenção da alíquota de 20% destinada ao INSS cobrada sobre a folha, que seria substituída por uma Contribuição sobre Movimentação Financeira (CMF). Esta seria cobrada de todos os setores, por meio de uma alíquota de 0,82% sobre a movimentação financeira envolvendo o pagamento de salários. Em apresentação ao Grupo de Avanço da Competitividade (GAC), em Brasília, na semana passada, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, cobrou da indústria uma proposta própria. "Precisamos ter diversas propostas para comparar", disse Mantega, segundo fontes ligadas à indústria e aos serviços presentes no encontro.

"Qual é o sentido de um setor que representa apenas 16% do **PIB**, e gera menos empregos que serviços e **comércio**, ganhe um incentivo que deverá ser pago por todos os outros?", pergunta Nese.

Para Roriz Coelho, a ideia do segmento de serviços, de "reavivar a antiga CPMF" é anacrônica. "O fim da CPMF, em 2007, foi uma conquista da sociedade.

Por que agora teremos de voltar a pagar um imposto sobre movimentação financeira?", diz. Além disso, afirma, "todos sabemos que esse tipo de contribuição é mais abusiva para quem tem menos renda".

	VEÍCULO JORNAL DO COMMERCIO ONLINE	EDITORIA	
	TÍTULO Pernambuco disputa fábrica da alemã BMW		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Montadora está negociando com seis Estados. Infraestrutura, logística e cadeia de fornecedores serão decisivas.

Estados disputam fábrica da BMW

INDÚSTRIA São Paulo, Minas Gerais, Rio, Pernambuco, Bahia e mais um Estado da região central do País discutem com a empresa alemã a possibilidade de sediar o empreendimento

SÃO PAULO – Seis Estados disputam a fábrica da BMW no Brasil, após a matriz da montadora anunciar em março deste ano, na Alemanha, que considera instalar uma unidade na América do Sul. São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia discutem a porta fechadas com a empresa a possibilidade de conceder incentivos fiscais para sediar o novo empreendimento. O sexto Estado seria da região central do País.

O presidente da companhia no Brasil, Jörg Henning Dornbusch, confirma o interesse e que há negociações em curso, mas não revela de que regiões do País as propostas começam a chegar. “Existe interesse dos Estados, mas não há uma proposta fechada. O que está sendo feito é um mapeamento para avaliar o **mercado** não só no Brasil, mas em outros países. O México é um forte concorrente, apesar de o **Brasil** ser o maior **mercado** da América do Sul em termos de relevância”, afirma o executivo.

No ano passado, foram vendidos 8.400 carros da marca no País e pouco menos de 8.000 no México. As

vendas no **Brasil** cresceram 72% no primeiro trimestre deste ano em relação a igual período do ano anterior. A BMW atua no **mercado** de veículos de luxo e já tem no País uma fábrica na **Zona Franca** de **Manaus** (AM), onde monta motos desde 2008.

Segundo Dornbusch, serão avaliados fatores como infraestrutura, logística, malha de transporte, além de cadeia de fornecedores, na hora de definir o local de instalação da fábrica. Em uma primeira etapa, a fábrica deve funcionar no sistema de CKD (veículos desmontados) para, com o tempo, poder fabricar os veículos no País.

Em Pernambuco, a italiana Fiat vai instalar uma unidade em Suape, iniciando um polo automotivo no Estado. Em São Paulo, são mais cotadas para abrigar um empreendimento desse porte as regiões do Vale do Paraíba e de Campinas, Sorocaba e Piracicaba – áreas onde já existem cadeias de fornecedores e outras montadoras.

Em Minas, a região mais cotada é a do Vale de Jequitinhonha, na área de **Superintendência de Desenvolvimento** do Nordeste (Sudene), recentemente incluída na MP 512, aprovada no Congresso. A MP prevê isenção fiscal nas **importações** de máquinas.

	VEÍCULO CONTILNET.COM.BR	EDITORIA	
	TÍTULO Gladson discute liberação de emendas com prefeitos e <u>Suframa</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Cameli ainda entregou a Marlênio Ferreira, uma planilha elaborada pela Associação dos Municípios do Acre (Amac), com todas as emendas direcionadas à Suframa para atender os municípios acreanos, num total de 5 milhões de reais.

Deputado Gladson Cameli prioriza liberação de emendas em seu mandato/Foto: Assessoria

Atendendo a convite do deputado federal Gladson Cameli (PP-AC), presidente da Comissão da Amazônia, o Coordenador Geral da Representação Institucional da Suframa, Marlênio José Ferreira, reuniu-se na manhã de hoje em Brasília com vários prefeitos de municípios do Acre para discutir sobre a liberação de recursos oriundos de emendas parlamentares individuais.

Coordenador da Suframa mostrou-se bastante receptivo aos anseios dos prefeitos e garantiu uma atenção especial para o Estado do Acre.

Na reunião com os prefeitos Vagner Sales, de Cruzeiro do Sul; João Teles (Padeiro), de Bujari; Cleidison de Jesus Rocha, de Mâncio Lima; Randson Oliveira, de Marechal Thaumaturgo e José Maria Rodrigues, de Porto Acre, o coordenador Marlênio Ferreira fez questão de explicar a atual conjuntura econômica como sendo o grande fator impeditivo de liberação das emendas individuais para a realização das obras ou compras de equipamentos pretendidos pelas prefeituras.

Porém, como ele mesmo salientou, mesmo com o arrocho por parte do Governo Federal, ele fará o que puder para agilizar a liberação dos recursos.

Gladson Cameli fez questão de ressaltar a peculiaridade do Estado do Acre, como sendo dependente das emendas para quase todas as ações de desenvolvimento. As emendas pendentes na Suframa – explicou Gladson – vão suprir diversas necessidades dos municípios que vão desde aquisição de tratores, máquinas e equipamentos agrícolas, a recuperação de estradas vicinais.

Cameli ainda entregou a Marlênio Ferreira, uma planilha elaborada pela Associação dos Municípios do Acre (Amac), com todas as emendas direcionadas à Suframa para atender os municípios acreanos, num total de 5 milhões de reais.

Cameli pediu que, independente de cores partidárias, os recursos sejam liberados para que o Estado tenha um desenvolvimento uniforme. Os municípios que estão aguardando a liberação das emendas relativas a 2008 e 2009 são: Cruzeiro do Sul, 1.370.000 reais; Feijó, 800.000 reais; Jordão, 450.000 reais; Mâncio Lima, 300.000 reais; Marechal Thaumaturgo, 450.000 reais; Plácido de Castro, 400.000 reais; Porto Acre, 450.000 reais; Rio Branco, 700.000 reais e Rodrigues Alves com 250.000 reais.

	VEÍCULO SITE VERMELHO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo garante isenção de impostos para produtos <u>importados</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Ação visa alavancar a Área de Livre Comércio do Amapá e estimular a comercialização de objetos de natureza estrangeira

O governador do Amapá, Camilo Ca**PIB**eribe, assinou, nesta quarta-feira, 11, no Salão Nobre do Palácio do Setentrião, o Decreto número 2.695, que reduz em 41,67% a base de cálculo do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de **Mercadorias** e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (**ICMS**) para a venda de produtos **importados**, de forma que a carga tributária resulte a 7%.

De acordo com o titular da Secretaria da Receita Estadual (SRE), Cláudio Pinho, a ação visa estimular a comercialização destes artigos na Área de Livre **Comércio** de Macapá e Santana (ALCMS), gerar emprego e renda para a população e, conseqüentemente, desenvolver o Estado. A determinação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial, produzindo efeitos no período de 30 de abril a 31 de dezembro de 2011.

A redução de **ICMS** será aplicada às **mercadorias** estrangeiras sujeitas a alíquota de 12%. A medida atenderá solicitação da Associação Comercial do Amapá (Acia) e Federação do **Comércio** do Estado (Fer**comércio**/AP). De acordo com o Cláudio Pinho, a ação será tomada com o devido embasamento legal.

Cláudio Pinho disse ainda que os comerciantes inadimplentes não terão acesso ao benefício de redução fiscal previsto no Decreto, e que a SRE editará as normas complementares para a execução do mesmo.

"Iremos acompanhar o comportamento da iniciativa privado e avaliar se essa decisão alcançou o objetivo principal, que é a geração de emprego", afirmou Cláudio Pinho.

O governador explicou aos presentes que as portas do Palácio do Setentrião estão abertas para os comerciantes locais e para todos que tenham interesse em construir um Estado melhor.

"Estamos à disposição da Fer**comércio**, Acia ou qualquer outro segmento que queira discutir demandas para o **desenvolvimento**. Somos simpáticos a todo tipo de ação ou investimento que vá gerar emprego e renda no Amapá. Este decreto diminuirá o preço dos produtos, dando poder de compra à população, aquecerá nossa economia e estimulará a geração de empregos. Nós somos parceiros e é assim, em parceria, que o Estado crescerá", disse o governador.

Empresários e governo

O presidente da Fer**comércio**, Ladislao Monte, agradeceu a atitude do governador e elogiou a postura de Camilo em trabalhar para que a iniciativa privada local prospere e consiga gerar mais emprego.

"Existia certa apreensão por parte dos **importadores** do Amapá, mas estamos felizes com a redução da carga tributária. Agradecemos ao governador por essa medida", destacou Ladislao Monte.

Apoio do Poder Legislativo

Conforme o presidente da Assembleia Legislativa do Amapá, deputado Moisés Souza (PSC), o governador está empenhado em mostrar a boa vontade com o **comércio** local e a preocupação com a geração de emprego para população.

"Com essa medida, o governador demonstra preocupação com o aquecimento do **comércio** e sensibilidade com a população. O Amapá atravessa um momento delicado, mas Camilo Ca**PIB**eribe mostra boa vontade e nós o apoiamos, não a pessoa do governador, mas a boa gestão que ele está fazendo nessa construção do **desenvolvimento**. E acredito que

outras ações como essas serão tomadas para incentivar a iniciativa privada", avaliou Moisés Souza.

Obras na malha viária

Durante o evento, o governador anunciou que irá realizar obras na malha viária amapaense. O investimento em infraestrutura tem o objetivo em dar condições de trabalho a empreendimentos interessados em se instalar no Estado. Segundo Camilo CaPIBeribe, sua gestão tem feito um esforço para investir em estradas e outros campos que possibilitam que os segmentos desenvolvam suas atividades.

"Precisamos ter infraestrutura para gerar empregos. Para tanto, começaremos obras em estradas. Ação fundamental para escoamento da **produção**, quanto para o transporte de minério. Estamos

trabalhando com responsabilidade, pois transformamos todo o dinheiro que estamos conseguindo economizar em investimento para o **desenvolvimento** do Amapá", pontuou Camilo CaPIBeribe.

Participaram do evento a vice-governadora Dora Nascimento, deputados estaduais, empresários, representantes de associações de classe e imprensa.

Fonte: www4.ap.gov.br

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO BRASIL TERÁ CENTRO DE NANOTECNOLOGIA EM PARCERIA COM A CHINA		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, anunciou que o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), em Campinas (SP), vai sediar o centro de nanotecnologia que o Brasil implantará em parceria com a China. A intenção é estimular a indústria brasileira a investir em equipamentos e em novos processos que aumentem a produtividade e a sustentabilidade ambiental.

	VEÍCULO JUS BRASIL	EDITORIA	
	TÍTULO MP-RO requisita da SEFIN fiscalização de empresas de fachada na Área de Livre Comércio		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Extraído de: Ministério Público do Estado da Rondônia - 10 de Maio de 2011

Após ajuizar ações civis públicas contra algumas das maiores empresas que têm filiais de fachada em Guajará-Mirim, o Ministério Público de Rondônia, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), requisitou da Secretaria de Finanças de Rondônia fiscalização efetiva na Área de Livre Comércio. As investigações revelam que centenas de empresas estão estabelecidas em Guajará-Mirim apenas "no papel", e a conduta fraudulenta delas geralmente é semelhante: galpões semivazios, pouquíssimos funcionários, sem atendimento ao público, sem comércio real (apenas algumas caixas para dissimular a ilegalidade), sem internamento de mercadorias pelo prazo legal de cinco anos e contando com a omissão da fiscalização.

MP-RO ajuíza ações para combater empresas de fach

ver as 2 relacionadas

Para os Promotores de Justiça integrantes do GAECO, a situação é não apenas ilegal como imoral e facilmente constatável por qualquer cidadão, o que pode acarretar a aplicação das sanções de improbidade administrativa aos agentes públicos responsáveis pela fiscalização.

As irregularidades constatadas violam o direito coletivo de todo o povo rondoniense, já que milhões são sonogados aos cofres públicos. Além disso, há indícios de que benefícios fiscais como a isenção de ICMS não estariam sendo repassados pelas empresas aos consumidores.

Autor: Ascom MPRO

	VEÍCULO JUS BRASIL	EDITORIA	
	TÍTULO Cameli reúne prefeitos e coordenador da <u>Suframa</u> para discutir emendas		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Deputado federal Cameli entregou a Marlênio Ferreira uma planilha elaborada pela Amac

Atendendo a convite do deputado federal Gladson Cameli (PP-AC), presidente da Comissão da **Amazônia**, o Coordenador Geral da Representação Institucional da **Suframa**, Marlênio José Ferreira, reuniu-se na manhã de ontem em Brasília com vários prefeitos

de municípios do Acre para discutir sobre a liberação de recursos oriundos de emendas parlamentares individuais. O Coordenador da **Suframa** mostrou-se bastante receptivo aos anseios dos prefeitos e garantiu uma atenção especial para o Estado do Acre.

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA	EDITORIA	
	TÍTULO Selo Amazônico ganha impulso na <u>Suframa</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Projeto tem como objetivo fornecer certificação a produtos que utilizem insumos regionais em seu processo de fabricação

Manaus, 12 de Maio de 2011

acritica.com

O primeiro ciclo de reuniões realizada com a participação de representantes da **Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)**, Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (**Fucapi**) e Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) encerrou nesta quarta-feira (11), na sede da autarquia, localizada no **Distrito Industrial, Zona Sul de Manaus**.

A iniciativa marca o início dos trabalhos entre os órgãos para viabilizar a sistematização de um programa de Avaliação de Conformidade para Produtos Manufaturados do Selo Amazônico, projeto idealizado pela **Suframa** e desenvolvido pela **Fucapi**, com o objetivo de fornecer certificação a produtos que utilizem insumos regionais em seu processo de fabricação.

Durante reunião, o representante da Diretoria da Qualidade do Inmetro, Paulo Coscarelli, fez uma apresentação institucional, abordando as áreas de competência do Inmetro, com enfoque para a gestão dos Programas de Avaliação da Conformidade, que consiste em um processo sistematizado, acompanhado e avaliado, cuja finalidade é propiciar adequado grau de confiança de um produto, processo ou serviço.

Segundo Coscarelli, a intenção é dotar o Selo Amazônico de um programa específico de avaliação de conformidade a fim de ampliar a visibilidade dos produtos nos **mercados** interno e externo e dessa maneira, contribuir para o **desenvolvimento** da região.

Para a **Superintendente** da autarquia, **Flávia Grosso**, a parceria com o Inmetro é de suma importância para o projeto, uma vez que a instituição é considerada referência no **Brasil** e no exterior, dentro de sua área de competência. Ela afirma ainda que os produtos regionais possuem atualmente grande destaque no **mercado** e por meio dessa iniciativa, espera-se o fortalecimento da marca **Amazônia**, ressaltando que o Selo possui como foco três aspectos **importantes**: origem do produto, agregação de valor e preservação do meio ambiente.

O diretor de Produtos Tecnológicos da **Fucapi**, Evandro Vieirals, também frisa a importância da parceria com o Inmetro para a execução dos trabalhos e ressalta o forte impacto do projeto para a região.

Na ocasião, também foi feita a apresentação do Programa Brasileiro de Certificação Florestal (Cerflor), que surgiu para atender uma demanda do setor produtivo florestal do país, e foi desenvolvido dentro da estrutura do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro), que possui como órgão executivo central, o Inmetro. A intenção é que o Selo Amazônico possa evoluir de maneira a se tornar um programa em nível nacional similar ao Cerflor.

O site do projeto Selo Amazônico e o lançamento da escolha de sua marca ocorreu no final do ano passado, durante a última reunião do Conselho de Administração da **Suframa** (CAS). Trata-se de uma certificação voluntária, que funcionará como um diferencial de competitividade na medida em que as empresas passarão a ter uma ferramenta adicional de reconhecimento dos produtos.

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA	EDITORIA	
	TÍTULO Deputado cobra política de fortalecimento dos setores de informática e de componentes do PIM		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Manaus , 12 de Maio de 2011

acritica.com

Preocupado com o futuro da **Zona Franca** de **Manaus (ZFM)**, haja vista as novas discussões da Lei de Informática e da reforma tributária e a redução de empregos em segmentos como a de componentes, o deputado estadual José Ricardo Wendling (PT) irá encaminhar ofício aos **Ministérios** de **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior e de Ciência e Tecnologia e à bancada federal do **Amazonas** relatando essa preocupação e questionando sobre a política federal para a **ZFM**, e ao Governo do Estado, propondo também a revisão dos incentivos fiscais para ampliar a competitividade do setor de componentes.

Ele explica que as discussões em torno da Lei de Informática devem ser acompanhadas para que se mantenham as vantagens competitivas, uma vez que hoje essa legislação favorece mais os empreendimentos do Sul e do Sudeste do País. “Apesar dos incentivos da **Zona Franca** de **Manaus**, nesse segmento não há as mesmas vantagens competitivas”.

Outro ponto de preocupação é com relação ao segmento de componentes do Polo Industrial de **Manaus (PIM)**, principalmente, os fabricantes de TVs, condicionadores de ar, forno de microondas, áudio, motos, celulares, computadores e automóveis, que está sendo prejudicado pelo aumento de **importação** de produtos da China, com custo bem mais baixo. E o resultado é a redução do número de empregos, de 7 mil

para 2 mil nos últimos cinco anos (apesar do segmento brasileiro pagar salário sete vezes maior do que o chinês), como ainda a redução do próprio segmento empregador, que passou de dez para apenas cinco empresas.

Os empresários de componentes estão propondo alteração do Processo Produtivo Básico (**PPB**) dos produtos finais (cabos de força, chicotes, bobinas, cabo de carregador), passando a exigir a **produção** local desses componentes, que muitas vezes não representam 2% dos insumos necessários e considerando a intensiva mão-de-obra desse segmento. “Caso contrário, eles temem o fechamento das fábricas existentes atualmente”, alerta o deputado, que também é autor de pedido de Audiência Pública na ALE para discutir a reforma tributária, diante da preocupação em torno da diminuição da arrecadação do Estado, já que pelas propostas atuais serão transferidos para os estados de destino o pagamento do **ICMS** sobre os produtos produzidos no **PIM**.

Para José Ricardo, ficam alguns questionamentos: como fica a **Zona Franca** de **Manaus** perante essa realidade? E os milhares de empregos gerados por segmentos como o de componentes? Qual a política do poder público para a **ZFM**? “São pleitos que precisamos acompanhar, questionar e discutir”.

	VEÍCULO PORTAL IMPRENSA	EDITORIA	
	TÍTULO Governo planeja incentivos para empresas de tecnologia		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Redação Portal IMPRENSA

Com a vinda da empresa Foxxcon ao Brasil e a produção de iPads e iPhones no país, o ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, anunciou na última quarta-feira (11), que o governo fará uma ampla revisão da lei de Informática e que uma Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) será desenhada pelo governo, a fim de atrair mais investimentos na área, informa O Globo.

A intenção das propostas é aumentar a quantidade de incentivos para o setor de tecnologia e ampliar a abrangência da lei de Informática. "Ela [a lei] é insuficiente para os desafios que existem nessa área. (...) Hoje, é muito mais um fator de busca de isonomia entre o Pólo Industrial de Manaus e o resto do país que de fomento.", afirmou Mercadante.

O governo afirmou que visa à produção total dos tablets no Brasil. "A proposta [para a Foxconn] é uma integração vertical dessa indústria de componentes que hoje só são fabricados na Ásia". O setor de tecnologia

já recebe diversos incentivos fiscais por parte do governo, previstos nas leis de Informática, Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria de Semicondutores (Padis), e Lei do Bem. Os itens da Zona Franca de Manaus recebem 88% de redução do imposto de Importação nos insumos, isenção do IPI e outros incentivos.

Mercadante destacou que o Brasil está se tornando um mercado cada vez mais atraente para empresas de tecnologia, pois é o terceiro mercado mundial na venda de computadores- 13,5 milhões só no ano passado - e 17 milhões previstos para este ano, além de eventos como a Copa e as Olimpíadas que "podem ser uma grande alavancagem nesse mercado", disse o ministro.